



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12207 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**AS CRECHES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS PAULISTAS E A LUTA DAS MULHERES PELA CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS**  
 Sueli Helena de Camargo Palmen - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**AS CRECHES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS PAULISTAS E A LUTA DAS MULHERES PELA CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS**

Esse trabalho apresentará um recorte de uma pesquisa cujo objeto de estudo foi a implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP, discutindo o papel dos movimentos sociais, com destaque para o movimento de mulheres na luta pela implementação de creches no interior dessas universidades.

Analisando o histórico de implementação dessas creches foi possível evidenciar a marca do patriarcalismo permeando as relações. Em seus tempos iniciais, a creche vinculava-se às necessidades decorrentes do trabalho extradomiciliar da mulher, e hoje, o direito da criança à educação extra ambiente familiar é uma conquista desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que passou a definir a educação infantil como "um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família".

A construção dos direitos das crianças se firma pautado na luta das mulheres, feministas que buscavam pelos seus direitos a trabalhar, estudar e a se emancipar. Indissocialmente lutaram pelo direito de seus filhos e filhas à creche no interior das universidades, local de trabalho, portanto, lutaram por seus direitos.

A pesquisa buscou verificar as estratégias organizadas por tais instituições para o atendimento de demandas da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários), no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos e quais foram as atuações dos atores sociais envolvidos nesse processo.

Quanto ao aspecto metodológico, utilizamos como referencial para análise do processo de implementação das creches no interior dessas universidades indicadores como: a demanda pela creche, as determinações legais, a estrutura de atendimento e a atuação dos atores nesse processo. Situamos as creches das referidas universidades públicas paulistas no cenário histórico de sua constituição, investigando seu processo de criação e estruturação o que possibilitou visualizar o processo de tramitação desta modalidade de atendimento à infância no local de trabalho de muitas funcionárias públicas.

Vale destacar que no Brasil, as primeiras formas de assistência aos filhos das mulheres que trabalhavam fora de casa se deram no final do século XIX, por iniciativa de alguns empregadores com objetivos assistenciais e de atendimento médico. Entretanto, o atendimento a infância modificou-se ao longo dos anos por influência de fenômenos sociais e históricos, como a regulamentação do trabalho feminino e principalmente com a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. A inserção das creches nos locais de trabalho, de acordo com a CLT era um direito apenas da mulher, prioritariamente durante o período de amamentação, excluindo-se dessa forma o direito do pai a vaga em creche para seu filho, atribuindo a tarefa de educar e cuidar dos filhos apenas a mulher.

Autores que estudam a história da Educação Infantil como Bondioli (1998), Campos (1999), Kulhmann Jr. (2001), Rosemberg (1984; 1989; 1995), entre outros, nos mostram que as redes públicas de creches se originaram por motivações exteriores às necessidades das crianças estando as reais motivações ligadas às políticas de incentivo ao trabalho materno.

Se em suas origens as instituições de educação infantil estavam mais próximas à mãe do que de seus filhos e filhas, o direito da criança de atendimento em creches passou a ser garantido a partir de 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, não restringindo o direito à assistência unicamente à mulher. Além da Constituição brasileira de 1988, hoje temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil – LDB 9394/ 1996, na qual a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, legislações essas que reconhecem a criança como sujeito social de direitos (FARIA, 2005), portanto não mais objeto de tutela.

A pesquisa pode constatar que apesar da consolidação da creche nas universidades públicas estaduais paulistas trazer em seu histórico uma longa trajetória de luta, no caso da USP iniciada na década de 1960 e no caso da UNICAMP e UNESP iniciada a partir da década de 1970, sua implementação acontece de fato na década de 1980. A criação do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) representou um marco na luta das mulheres. Contudo, a temática creche no local de trabalho passou a compor a agenda política da universidade, tanto na USP, quanto UNICAMP e UNESP, devido aos movimentos das mulheres pela creche, reivindicando condições de exercer o direito a trabalhar fora de casa, de estudar e se emancipar.

Enfim, as creches implantadas nas universidades públicas paulistas tem em comum o

fato de se originarem a partir de uma mesma motivação: a movimentação dos funcionários e funcionárias em busca de creches para seus filhos e filhas durante sua jornada de trabalho na universidade, estando o foco principalmente na figura da mulher que trabalha fora de casa, especificamente, da servidora pública estadual paulista.

As creches no interior das universidades representam a luta das mulheres pela consolidação de direitos, buscando na educação infantil o apoio para a emancipação e superação dos padrões patriarcais colonialistas que atribuem a mulher-mãe a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças.

**Palavras-chave:** Educação infantil; creche universitária; feminismo; emancipação.

### Referências Bibliográficas

BONDIOLI, Anna. Introdução - As funções sociais da creche: um serviço para quem? In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna (org.). **Manual de educação Infantil: de 0-3 anos – uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 13-37.

CAMPOS, Maria M. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 106, p.117-127, março 1999.

CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1993.

FARIA, Ana Lúcia G. As Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Educação e Sociedade**, n. 92, p.1013 - 1038, Edição Especial, 2005.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação infantil - uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MERISSE, Antonio. As origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A. (et. al.) **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 25-51.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, (51), p. 90-103, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989

\_\_\_\_\_, A criação dos filhos pequenos: tendências e ambiguidades contemporâneas. In: RIBEIRO & RIBEIRO. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 167-190.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. Programa Centro de Convivência Infantil; **Dossiê – 1847**, FCC - Fundação Carlos Chagas.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. Programa Centro de Convivência Infantil; **Relatório/ Dossiê – 1848**, FCC - Fundação Carlos Chagas.